



Interseccionalidades entre Gênero, Neurodivergência e Educação Matemática: Desafios Docentes e a Potência da Pedagogia Neuroqueer

Jéssica Luna ¹

Resumo: Este artigo discute a interseccionalidade entre gênero, neurodivergência e educação matemática, pensando no potencial da teoria neuroqueer para transformar o ambiente escolar. A fundamentação teórica articula estudos sobre violência epistêmica, interseccionalidade, neurodiversidade e educação matemática crítica, permitindo compreender como estruturas sociais, culturais e institucionais produzem processos de exclusão e silenciamento de sujeitos neurodivergentes. Nesse contexto, defende-se o reconhecimento da pluralidade de formas de conhecer, ensinar e aprender, valorizando práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social, a equidade e a inclusão. Argumenta-se que a escola, enquanto instituição neuronormativa, exerce violência epistêmica sobre corpos e mentes divergentes, mas que a presença de professoras autistas e a adoção de uma pedagogia neuroqueer podem atuar como atos de resistência e libertação. O texto explora como a alfabetização matemática crítica e a despatologização da neurodivergência contribuem para uma educação mais equitativa e inclusiva.

Palavras-chave: Neuroqueer; Educação Matemática; Interseccionalidade; neurodivergência.

Introdução

A educação contemporânea enfrenta o desafio constante de se tornar verdadeiramente inclusiva, indo além da mera integração física de estudantes com deficiência para alcançar uma transformação sistêmica que valorize a diversidade humana. No campo da Matemática, historicamente percebido como um domínio de neutralidade e objetividade, as hierarquias de gênero e as normas de funcionamento cognitivo frequentemente criam barreiras invisíveis, mas intransponíveis, para aqueles que divergem do padrão esperado. Este artigo propõe uma análise crítica sobre a interseccionalidade de gênero e neurodivergência, com foco específico na figura da professora autista e na aplicação da teoria neuroqueer no contexto escolar.

A escolha deste tema justifica-se pela necessidade de visibilizar as experiências de docentes neurodivergentes, cujas vozes são frequentemente silenciadas por um sistema que prioriza a neuronormatividade. Ao integrar as contribuições de autores clássicos e contemporâneos, buscamos compreender

¹ Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias; jessicamluna@gmail.com



como a subalternidade é construída e desafiada na escola. A estrutura do texto percorre desde a crítica à violência epistêmica até a proposição de uma pedagogia neuroqueer que celebre a pluralidade de modos de ser e aprender.

Subalternidade e Violência Epistêmica: O Silenciamento do Outro

Para compreender a posição de professoras autistas na escola, é fundamental recorrer ao conceito de subalternidade. Gayatri Chakravorty Spivak (1988), em sua obra seminal “Pode o Subalterno Falar?”, questiona a capacidade de grupos marginalizados de se expressarem e serem ouvidos dentro de estruturas de poder que os constituem como o “Outro”. Spivak (1988) argumenta que a crítica radical ocidental muitas vezes obscurece a voz do subalterno ao tentar representá-lo sem desconstruir os mecanismos de sua própria dominação.

No ambiente escolar, essa dinâmica se manifesta através da “violência epistêmica”. O sistema educacional, fundamentado em padrões de normalidade, tende a patologizar a diferença neurodivergente. Para uma professora autista, isso significa que sua forma de processar informações, sua comunicação e sua interação social podem ser vistas como falhas ou déficits, em vez de variações legítimas. A subalternidade, nesse caso, é duplamente reforçada: pelo gênero, em um campo como a matemática que ainda é masculinizado, e pela neurodivergência, em uma instituição que exige conformidade comportamental.

Boaventura de Sousa Santos (2009) complementa essa discussão com a proposta das “Epistemologias do Sul”. Santos (2009) defende que o conhecimento dominante exerce um “epistemicídio” sobre saberes e formas de vida que não se encaixam na lógica eurocêntrica e positivista. Embora sua teoria foque em contextos geográficos e culturais, ela é perfeitamente aplicável à neurodiversidade. Reconhecer a legitimidade da experiência de uma professora autista é um ato de resistência contra o epistemicídio neuronormativo. É necessário validar o que Santos chama de “ecologia de saberes”, onde diferentes formas de conhecer e estar no mundo coexistam sem hierarquias opressoras.

Gênero e Inclusão na Educação Matemática: Perspectivas Críticas

A educação matemática, longe de ser um campo neutro e objetivo, é um terreno fértil para a manifestação de hierarquias sociais e culturais. Sarah Theule Lubinski (2002), através de uma meticulosa análise de dados de desempenho, demonstrou que as disparidades em matemática estão intrinsecamente ligadas a fatores de raça, classe social e gênero. Sua pesquisa revela que, embora as reformas educacionais frequentemente busquem promover uma “instrução centrada em problemas” para todos os alunos, os benefícios dessas abordagens são desproporcionais. Alunos de grupos socialmente privilegiados, que já dominam os códigos culturais e as expectativas implícitas do ambiente escolar, tendem a se adaptar e prosperar mais facilmente nessas metodologias. Em contrapartida, estudantes de grupos marginalizados, que podem não ter o mesmo capital cultural



ou que enfrentam barreiras sistêmicas, são frequentemente deixados para trás, recebendo uma instrução mais mecânica e menos engajadora. Para professoras autistas, essa dinâmica é duplamente complexa: elas não apenas precisam navegar por expectativas de gênero que muitas vezes conflitam com suas características neurodivergentes, mas também podem ter experimentado essas mesmas disparidades em sua própria trajetória de formação, o que se reflete em sua prática docente e na forma como percebem e abordam a inclusão.

Marilyn Frankenstein (1990) oferece uma poderosa contra-narrativa a essa visão tradicional da educação matemática, propondo a "alfabetização matemática crítica". Para ela, a matemática não deve ser meramente um conjunto de técnicas a serem memorizadas, mas sim uma ferramenta potente para "ler e transformar o mundo". Frankenstein (1990) argumenta que a compreensão da política inerente ao conhecimento matemático é essencial para desafiar as iniquidades sociais. Isso implica reconhecer que as escolhas sobre o que é ensinado, como é ensinado e quem é considerado "bom em matemática" são atos políticos que reforçam ou subvertem estruturas de poder. A inclusão, na perspectiva de Frankenstein, exige uma ruptura com a dicotomia hierárquica entre aprender e ensinar, promovendo uma pedagogia onde a diversidade de experiências dos alunos e professores se torna o cerne do processo educativo. Quando uma professora autista adota essa abordagem, ela não apenas ensina conceitos matemáticos, mas também capacita seus alunos a questionar as normas que os excluem, utilizando a matemática como um instrumento de análise crítica e empoderamento.

Complementando essa visão crítica, Ole Skovsmose (2000) aprofunda a discussão sobre a Educação Matemática Crítica, enfatizando a necessidade de a matemática ser uma ferramenta para a democracia e a justiça social. Skovsmose (2000) introduz o conceito de cenários de investigação como ambientes de aprendizagem onde os alunos são encorajados a explorar problemas complexos e abertos, desenvolvendo não apenas habilidades matemáticas, mas também a capacidade de questionar e criticar a realidade. Nesses cenários, a literacia *mathemacy*, uma competência que vai além da simples proficiência em cálculos, abrangendo a capacidade de usar a matemática para refletir criticamente sobre a sociedade, torna-se central. Para professoras autistas, a abordagem de Skovsmose (2000) oferece um terreno fértil para a criação de práticas pedagógicas que resistem à neuronormatividade. Ao invés de focar na conformidade com métodos pré-estabelecidos, os cenários de investigação permitem que a diversidade de pensamento e as abordagens não-lineares, frequentemente associadas à neurodivergência, sejam valorizadas. Isso não só empodera os alunos a modelar e questionar as estruturas sociais, mas também valida as formas únicas de raciocínio que professoras autistas podem trazer para a sala de aula, transformando a matemática em um espaço de resistência e libertação epistêmica.

A interseccionalidade, para Crenshaw (1989), é uma ferramenta analítica que permite compreender como diferentes sistemas de opressão, como sexismo, racismo, capacitismo e outras formas de discriminação, não atuam isoladamente,



mas se cruzam e produzem experiências específicas de desigualdade. Nesse estudo, a interseccionalidade possibilita compreender que professoras autistas vivenciam simultaneamente as pressões relacionadas ao gênero e à neurodivergência, produzindo formas particulares de exclusão e resistência.

Esse conceito fundamental, é a chave para desvendar a complexidade das opressões que se entrelaçam na experiência de professoras autistas. Uma professora autista não vivencia o machismo e o capacitismo como fenômenos isolados; essas formas de discriminação se fundem em uma experiência única e multifacetada de marginalização. A sociedade e o ambiente escolar frequentemente impõem expectativas de gênero sobre as mulheres, exigindo que sejam socialmente "calorosas", "intuitivas" e "emocionalmente expressivas". Essas expectativas colidem frontalmente com as características neurodivergentes do autismo, que podem incluir uma comunicação mais direta, um processamento sensorial distinto e diferentes formas de interação social. O "choque de expectativas" resultante cria um ambiente onde a professora autista é constantemente avaliada por padrões que não se alinham à sua neurobiologia, levando a mal-entendidos, estigma e, em muitos casos, à necessidade exaustiva de mascaramento. Compreender essa interseção é vital para desenvolver políticas de apoio que não sejam fragmentadas, mas que considerem a totalidade da identidade docente, promovendo um ambiente educacional que celebre a neurodiversidade e a equidade de gênero na sua plenitude.

Professoras Autistas: Entre o Mascaramento e a Agência

A realidade de docentes autistas nas escolas é marcada por um fenômeno conhecido como "mascaramento" (*masking*). Pesquisas internacionais, como as de Cat Stevens (2022) e Rebecca Wood (2021), revelam que muitos professores autistas escondem seu diagnóstico por medo de represálias ou julgamentos. O esforço constante para parecer "normal" consome uma energia cognitiva imensa, levando frequentemente ao esgotamento profissional ou *burnout*.

O mascaramento não é apenas uma escolha individual, mas uma resposta a um ambiente que não oferece segurança para a divergência. Quando o ambiente escolar é rígido e focado na conformidade, o professor autista é forçado a suprimir sua identidade para sobreviver profissionalmente (Wood; Weir, 2021).

Entretanto, quando o ambiente permite a revelação e oferece suporte, professoras autistas tornam-se agentes poderosos de inclusão. Elas possuem uma "empatia de dupla empatia" (Milton, 2012), sendo capazes de compreender profundamente as dificuldades de alunos neurodivergentes que o sistema ignora. Sua presença na sala de aula desafia o estigma e serve como um modelo de sucesso para estudantes que raramente veem pessoas como eles em posições de autoridade intelectual. A agência dessas professoras manifesta-se na criação de estratégias pedagógicas mais flexíveis, na valorização da lógica sobre a



memorização e na construção de um ambiente onde o erro é visto como parte do processo de descoberta, e não como uma falha de caráter.

Teoria Neuroqueer: Despatologização e Libertação

A teoria neuroqueer, desenvolvida por Nick Walker (2014), oferece o arcabouço filosófico necessário para a transformação da escola. Walker propõe que a neurodiversidade seja vista como um fato biológico e uma forma valiosa de diversidade humana, e não como uma coleção de transtornos a serem curados. O termo “neuroqueer” refere-se ao ato de subverter as normas neuronormativas e heteronormativas simultaneamente, reconhecendo que a construção do que é um “cérebro normal” está intrinsecamente ligada à construção do que é um “comportamento social normal”.

A pedagogia neuroqueer, portanto, não busca apenas “incluir” o autista no sistema existente, mas sim “queerizar” o próprio sistema. Isso significa: 1. Rejeitar a linguagem da patologia (trocar “transtorno” por “divergência”). 2. Valorizar o *stimming* (autorregulação sensorial) e outras formas de expressão neurodivergente. 3. Desafiar a autoridade baseada apenas na conformidade social. 4. Criar espaços de aprendizagem que honrem a resistência contra a injustiça epistêmica.

Para uma professora autista, adotar uma postura neuroqueer significa reivindicar seu direito de ser e ensinar de forma autêntica. É um ato político que transforma a sala de aula em um laboratório de libertação, onde a matemática deixa de ser uma ferramenta de exclusão meritocrática e passa a ser um campo de exploração criativa e crítica.

Considerações Finais

A trajetória de professoras autistas na escola é um microcosmo das lutas por justiça social e epistêmica na educação. Ao cruzar as teorias de subalternidade de Spivak e Santos com as perspectivas críticas de Lubienski e Frankenstein, e fundamentar tudo na teoria neuroqueer de Walker, percebemos que a inclusão exige uma mudança de paradigma. Não basta adaptar o currículo; é preciso desconstruir a neuronormatividade que sustenta a instituição escolar.

A interseccionalidade de gênero e neurodivergência revela que as barreiras enfrentadas por essas docentes são estruturais. No entanto, sua presença e sua prática pedagógica oferecem uma esperança concreta de transformação. Uma escola que reconhece e valoriza professoras autistas amplia as possibilidades de existência e participação de todos os sujeitos que historicamente foram colocados à margem. Mais do que incluir diferenças, trata-se de transformar as estruturas que produzem exclusões, construindo práticas educativas comprometidas com a justiça social, cognitiva e epistêmica.

A análise desenvolvida evidencia que a inclusão não pode ser reduzida à adaptação de currículos ou à implementação de estratégias isoladas. É necessário



questionar as estruturas neuronormativas e generificadas que organizam a escola e que continuam produzindo exclusões silenciosas. Reconhecer a legitimidade das experiências de professoras autistas significa ampliar as possibilidades de existência, aprendizagem e produção de conhecimento no ambiente educacional.

Nesse sentido, a pedagogia neuroqueer apresenta-se como uma potente ferramenta de transformação social, ao valorizar diferentes formas de pensar, sentir e aprender. Ao acolher a neurodiversidade e promover a equidade de gênero, a Educação Matemática pode constituir-se como um espaço de resistência às injustiças epistêmicas e de construção de práticas verdadeiramente democráticas, inclusivas e emancipadoras.

Referências

BAKER, D. L. **The politics of neurodiversity**: why public policy matters. Boulder: Lynne Rienner, 2011.

CRENSHAW, K. W. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139-167, dez. 1989.

FRANKENSTEIN, M. Reading the world with maths: goals for a critical mathematical literacy curriculum. **Journal of Education**, Boston, v. 172, n. 1, p. 1-26, jan. 1990.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, abr. 2002.

LUBIENSKI, S. T.; SHELLEY, M. C. A closer look at U.S. mathematics instruction and achievement: examinations of race and SES in a decade of NAEP data. In: ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN EDUCATIONAL RESEARCH ASSOCIATION, 2003, Chicago. **Anais...** Chicago: AERA, 2003. p. 1-35. Versão impressa.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTOS, B. S. **Epistemologias do sul**: antologia essencial. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SKOVSMOSE, O. Educação matemática crítica: a questão da democracia. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 73, p. 15-36, dez. 2000.



SPIVAK, G. C. Can the subaltern speak? In: NELSON, C.; GROSSBERG, L. **Marxism and the interpretation of culture**. London: Macmillan, 1988. p. 271-313.

STEVENS, C. The lived experience of autistic teachers: a review of the literature. **International Journal of Inclusive Education**, London, v. 26, n. 1, p. 1-15, mar. 2022.

UNESCO. **Decifrando o código**: educação de meninas e mulheres em ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM). Paris: UNESCO, 2018.

WALKER, N. **Neurodiversity**: some basic terms & definitions. Disponível em: neuroqueer.com Acesso em: 25 mar. 2024.

WOOD, R.; WEIR, A. **What are the views and experiences of autistic teachers?**. Londres: University of East London, 2020.